

# Índice

## CAPÍTULO 50

### PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Noções gerais.....	1
2. Sua natureza jurídica. Teorias do contrato e do quase-contrato.....	2
3. Teoria da relação jurídica .....	3
4. Outras teorias.....	5
5. A teoria dominante .....	6
6. Sujeitos da relação processual .....	6
7. Objeto da relação jurídico-processual.....	6
8. Autonomia da relação processual .....	7
9. Caracteres .....	7
10. Pressupostos processuais .....	8
11. Início e fim do processo.....	9

## CAPÍTULO 51

### DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. O processo como sucessão de atos e como relação jurídica .....	11
2. Pressupostos processuais .....	12
3. A teoria dos pressupostos como requisitos para a válida formação do processo.....	12
4. A teoria dos pressupostos de existência e de validade.....	13
5. Os pressupostos de existência.....	15
6. Os pressupostos de validade .....	15

## CAPÍTULO 52

### FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento .....	21
2. Processo e procedimento .....	22
3. As alterações introduzidas no Processo Penal .....	25
4. Formas procedimentais .....	28
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função .....	28
6. Observações indispensáveis para a análise dos procedimentos quando se tratar de foro sem prerrogativa de função .....	43
7. Regras gerais aplicáveis a todos os procedimentos de primeiro grau, pouco importando se comum ou especial, se previsto ou não no CPP .....	44
8. Rejeição da denúncia ou queixa .....	45
9. Procedimento ordinário .....	55
10. Prazo para a conclusão da instrução .....	71
11. Procedimento sumário .....	71
12. Suspensão condicional do processo .....	73
13. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação .....	93
14. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93 .....	109
15. Procedimento sumariíssimo .....	109
16. Crimes da competência do Tribunal do Júri .....	111
17. Procedimento .....	128
18. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação .....	129
19. Pronúncia. Efeitos .....	135
20. Questionário. Ordem dos quesitos .....	196
21. Exemplos de quesitação .....	204
22. A sentença .....	210
23. Súmula do procedimento do Júri .....	219
24. Modelo de sentença absolutória .....	222
25. Modelo de sentença condenatória .....	222
26. Modelo de sentença, em caso de desclassificação .....	224

## CAPÍTULO 53

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos .....	229
--	-----

2. Crimes contra a honra.....	235
3. Do processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial	248
4. Particularidades da fase pré-processual .....	251

#### CAPÍTULO 54

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares .....	259
2. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências .....	265
3. Crimes de imprensa .....	269
4. Os prazos prescricionais .....	270
5. O procedimento .....	272
6. Crimes eleitorais .....	273
7. Entorpecentes.....	275
8. Crimes contra a fauna e a flora .....	279
9. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.....	280
10. Crimes de abuso de autoridade .....	280
11. Crimes contra a economia popular .....	282
12. O Júri de economia popular (extinto) .....	283
13. Crimes de responsabilidade de Prefeitos .....	288
14. Crimes da Lei das Licitações.....	289

#### CAPÍTULO 55

### PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares .....	291
2. O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP....	292
3. O procedimento especial.....	293
4. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na con- travenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arqui- vamento das informações?.....	294
5. O procedimento das contravenções eleitorais. Observações .....	295

#### CAPÍTULO 56

### DA SENTENÇA — I

1. Tripartição dos Poderes .....	297
----------------------------------	-----

2. Atos judiciais em sentido lato e sua classificação .....	298
3. Jurisdição voluntária.....	300
4. Atos anômalos .....	301
5. Atos jurisdicionais .....	302
6. Os atos jurisdicionais penais.....	303
7. Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam .....	306
8. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais.....	307
9. Sentenças simples e subjetivamente complexas.....	307
10. Conceito de sentença .....	308
11. Estrutura lógica.....	309
12. Natureza jurídica.....	310
13. Função da sentença .....	311
14. Requisitos da sentença.....	314
15. Clareza e precisão da sentença penal .....	318
16. <i>Jura novit curia</i> .....	319
17. <i>A mutatio libelli</i> .....	321
18. Conceito de "elemento" e "circunstância" .....	322
19. O procedimento a ser observado na hipótese do art. 384 e pará- grafos do CPP .....	324

## CAPÍTULO 57

### DA SENTENÇA — II

1. Publicação da sentença .....	327
2. Efeito da publicação .....	329
3. Intimação da sentença.....	330
4. Sentença penal absolutória.....	333
5. Efeitos da sentença penal absolutória .....	334
6. Sentença penal condenatória.....	336
7. O problema da aplicação da pena .....	337
8. Efeitos da sentença penal condenatória .....	347

## CAPÍTULO 58

### DA COISA JULGADA

1. Coisa julgada .....	355
------------------------	-----

2. Fundamento político da coisa julgada.....	357
3. Natureza jurídica.....	358
4. Limites objetivos da coisa julgada.....	362
5. Limites subjetivos da coisa julgada .....	363

## CAPÍTULO 59

### DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades .....	367
2. Fundamento .....	370
3. Pressupostos lógico e fundamental .....	371
4. Classificação da sucumbência.....	372
5. Pressupostos recursais objetivos.....	376
6. Pressupostos subjetivos.....	386
7. Juízo de admissibilidade .....	387
8. Extinção normal e anormal dos recursos .....	388
9. Classificação dos recursos .....	389
10. Recursos voluntário e necessário .....	390
11. Efeitos dos recursos.....	393

## CAPÍTULO 60

### DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. A variedade de recursos em matéria processual penal.....	401
2. O recurso em sentido estrito .....	403
3. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa?.....	404
4. Forma e prazo de interposição.....	405
5. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado? .....	406
6. Prazo para as razões e contra-razões.....	407
7. O Juiz pode retratar-se? Retratando-se o Juiz, poderá a parte contrária recorrer?.....	408
8. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?.....	410
9. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?.....	411
10. As decisões que comportam recurso em sentido estrito.....	412
11. O recurso por termo nos autos .....	423
12. Efeitos.....	423

CAPÍTULO 61  
**DA APELAÇÃO**

1. Noções .....	427
2. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação? .....	429
3. Toda sentença condenatória ou absolutória é apelável?.....	432
4. Forma de interposição.....	433
5. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada?.....	434
6. Prazo para as razões e contra-razões.....	434
7. Podem ser juntados documentos nas razões ou contra-razões?.....	435
8. Pode o apelante apresentar suas razões na superior instância? .....	435
9. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	438
10. Apelação plena e limitada.....	439
11. Prazo para a remessa dos autos à superior instância.....	440
12. Pressupostos do recurso de apelo.....	441
13. Prazo para a apelação .....	441
14. Extinção anormal da apelação .....	446
15. Em qualquer apelação, o juízo <i>ad quem</i> funciona sempre como <i>judicium rescindens</i> ?.....	448
16. A apelação sobe nos próprios autos? .....	453
17. Absorção do recurso em sentido estrito .....	453
18. O prazo para o assistente apelar.....	453
19. Prazo para o Ministério Público apelar.....	457
20. Apelação sumária e ordinária .....	459
21. Efeitos do recurso de apelação .....	460
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo? .....	461
23. A <i>reformatio in pejus</i> .....	462
24. <i>Reformatio in melius</i> .....	474

CAPÍTULO 62  
**DO PROTESTO POR NOVO JÚRI**

1. Noções .....	481
2. O protesto é recurso exclusivo da Defesa .....	482
3. Quando cabe o protesto .....	482

4. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto? ....	483
5. Poderá a Defesa protestar e apelar? .....	486
6. Quantas vezes poderá o réu protestar por novo Júri?.....	487
7. Realizado o segundo julgamento, poderá o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro? .....	488
8. Razão histórica do protesto.....	488
9. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?.....	490
10. Poderá o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?.....	491
11. Não-realização do Júri .....	492
12. A abolição do protesto.....	493

## CAPÍTULO 63

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Considerações preliminares .....	497
2. Os embargos infringentes e os de nulidade.....	499
3. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento .....	500
4. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra toda decisão de segunda instância?.....	501
5. Os embargos na Suprema Corte.....	504
6. A particularidade que apresentam os embargos infringentes na Justiça Militar .....	506
7. Para o réu opor embargos infringentes e de nulidade deverá recolher-se à prisão?.....	507
8. Embargos no STJ.....	507

## CAPÍTULO 64

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Generalidades .....	513
2. Quando podem ser opostos .....	514
3. A quem são dirigidos. Prazo.....	514
4. Pressupostos.....	515
5. Procedimento .....	515

6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento? .....	515
7. Extensão dos embargos declaratórios .....	517
8. Quem pode interpô-los.....	518
9. Quem os julga.....	518
10. Os embargos na inferior instância .....	518
11. Retratabilidade.....	519
12. Suspende o prazo de outro recurso? .....	519
13. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração .....	520

## CAPÍTULO 65

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. A carta testemunhável é recurso? .....	521
2. Quando cabe? .....	521
3. E se o recurso denegado for o extraordinário?.....	524
4. A denegação de outros recursos.....	524
5. A quem é requerida a carta testemunhável?.....	525
6. Procedimento .....	525
7. A entrega do recibo pelo escrivão .....	526
8. A carta tem efeito suspensivo? .....	526
9. Procedimento na superior instância .....	526
10. Por que a denominação “carta testemunhável”? .....	526
11. Como se conta o prazo do art. 640 do CPP .....	528

## CAPÍTULO 66

### DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Generalidades .....	531
2. Cabimento.....	531
3. Admite-se a correição no processo civil? .....	533
4. Origem da correição .....	533
5. Surgimento da correição no Estado de São Paulo. Órgão competente para apreciá-la.....	533
6. É inconstitucional?.....	534



7. É um recurso?.....	535
8. A correição, no Estado de São Paulo.....	535
9. Procedimento.....	536

## CAPÍTULO 67

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais.....	539
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser.....	540
3. A denominação “extraordinário”.....	542
4. Outras funções do STF.....	542
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	543
6. Legitimidade.....	548
7. Procedimento.....	548
7-A. Preparo.....	549
8. Denegação. Recurso oponível.....	553
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....	553
10. O prequestionamento.....	554
11. Súmulas do STF em matéria criminal.....	556

## CAPÍTULO 68

### RECURSO ESPECIAL

1. Cabimento.....	567
2. Procedimento.....	569
2-A. Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal?.....	570
3. O problema da relevante questão federal.....	572
4. Finalidade do recurso especial.....	574
5. A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	574
6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	575
7. Denegação do recurso especial. Providência.....	576
8. Efeitos do recurso especial.....	577
9. O prequestionamento.....	577
10. Súmulas do STJ em matéria criminal.....	578
11. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal.....	584

CAPÍTULO 69  
**DOS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL**

1. Histórico .....	587
2. Agravo de instrumento.....	590
3. Agravo em execução.....	593
4. Agravo regimental .....	596
5. Recurso inominado .....	596

CAPÍTULO 70  
**RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL**

1. Os três tipos de recurso ordinário-constitucional.....	597
2. O recurso criminal ordinário-constitucional previsto no art. 102, II, <i>b</i> , da Lei Básica.....	598
3. Providência contra a denegação do recurso criminal ordinário-constitucional.....	602
4. O outro tipo: recurso ordinário-constitucional.....	602
5. Procedimento do recurso ordinário-constitucional para o STF .....	602
6. Recurso ordinário-constitucional para o STJ. Procedimento .....	604

CAPÍTULO 71  
**“HABEAS CORPUS”**

1. Histórico. O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	609
2. A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	613
3. A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual .....	619
4. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i> .....	620
5. O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação .....	621
6. Quem pode impetrar .....	623
7. Relaxamento da prisão.....	625
8. O constrangimento.....	626
9. O recurso <i>ex officio</i> .....	626
10. Competência originária.....	627

10-A. E se o órgão coator for a Turma de Recursos de que trata a Lei dos Juizados Especiais Criminais? .....	636
11. Competência recursal.....	638
12. Concessão e denegação de <i>habeas corpus</i> .....	639
13. O <i>habeas corpus</i> na Justiça Militar.....	640
14. Casos especiais .....	640
15. Observações .....	641
16. O órgão competente dos Tribunais para julgar .....	641
17. Quando o constrangimento é ilegal.....	642
18. Salvo-conduto .....	648
19. O <i>habeas corpus</i> tranca o processo?.....	648
20. Apresentação do paciente .....	650
21. Sanções .....	650
22. Pedido de informações.....	650
23. Intervenção do Ministério Público.....	651
24. Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	651
25. Concessão .....	652
26. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	653
26-A. Cabe <i>habeas corpus</i> para jugular indeferimento de liminar? .	654
27. Extensão .....	657
28. Reiteração .....	657
29. Recursos extraordinário e especial.....	658
30. Não-cabimento de <i>habeas corpus</i> .....	659
31. Ato de particular .....	660
32. Problemas especiais .....	662
33. Mandado de segurança.....	663

## CAPÍTULO 72

### DA REVISÃO

1. Observações preliminares .....	667
2. O erro judiciário e a coisa julgada .....	670
3. A revisão <i>pro societate</i> .....	672
4. A revisão criminal no Brasil .....	674
5. Natureza jurídica.....	675

6. Pressuposto primordial da revisão .....	678
7. Oportunidade .....	679
8. Legitimidade .....	679
9. O Ministério Público poderá requerer a revisão?.....	682
10. A revisão e a decisão do Júri .....	684
11. Competência .....	686
12. Os fundamentos do pedido .....	688
13. Extinção da punibilidade .....	691
14. Unificação de penas .....	693
15. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?.....	694
16. O condenado precisa recolher-se à cadeia?.....	695
17. Conversão em diligência.....	695
18. A regra dos arts. 621 e 626.....	696
19. Absolvição e revisão.....	696
20. Prazo .....	697
21. O pedido .....	697
22. Procedimento .....	698
23. Julgamento.....	699
24. Improcedência.....	700
25. Procedência.....	700
26. Conseqüências .....	701
27. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	701
28. Reiteração .....	704
29. Sentença estrangeira .....	705
30. A Justiça Eleitoral.....	706
31. Morte do condenado .....	706
32. A indenização .....	706
BIBLIOGRAFIA .....	709